

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

25 OUTUBRO 2020



As negociações do Orçamento do Estado para 2021 revestem-se de particulares dificuldades. Estamos a viver a maior crise das nossas vidas e ela vai agravar-se nos próximos meses. Não basta que o Orçamento mantenha a trajetória dos últimos anos, ele tem de ser capaz de defender o país da pandemia e do desemprego.

Na resposta ao primeiro impacto da crise pandémica, o Bloco de Esquerda deu ao governo o apoio de que este precisou para tomar medidas imediatas na emergência e no Orçamento Suplementar. O voto do Bloco possibilitou a compra de equipamentos hospitalares e a contratação de pessoal, apoio ao emprego e às pessoas mais atingidas pela crise. O relatório do Orçamento para 2021 permite concluir que os 4500 milhões de euros adicionados pelo Orçamento Suplementar não foram utilizados pelo governo.

Muito embora o governo tenha recusado soluções mais robustas no Orçamento Suplementar e não tenha cumprido boa parte dos compromissos em nome dos quais o Bloco viabilizou o Orçamento do Estado para 2020, em áreas tão determinantes na resposta à pandemia como a saúde e a proteção social, o Bloco de Esquerda empenhou-se sem reserva no processo negocial do Orçamento do Estado para 2021.

O Bloco de Esquerda colocou quatro prioridades para a resposta à crise no debate orçamental: apoiar quem perdeu salários e rendimento e combater a pobreza; proteger o emprego e reconstruir direitos do trabalho; reforçar o Serviço Nacional de Saúde; impedir novas perdas públicas com o Novo Banco. A Mesa Nacional constata que não foram conseguidos avanços significativos em nenhuma destas áreas.

No campo da proteção social, o governo recusou repor os montantes e períodos de concessão do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, mantendo, no essencial, a contração desta proteção operada no tempo da troika. A proposta de criação de uma nova prestação social, matéria em que houve um importante trabalho conjunto, acabou por ficar limitada a uma nova versão dos apoios extraordinários criados em 2020, em alguns casos revistos em baixa.

Nas matérias laborais o governo recusou recuperar direitos retirados no período da troika, da contratação coletiva à facilitação dos despedimentos, não aceitou medidas efetivas para manutenção do emprego nas empresas com lucros ou beneficiárias de apoios públicos e recusa a reversão do alargamento do período experimental.

As negociações sobre o Serviço Nacional de Saúde produziram avanços na concretização de um calendário para contratações e na necessidade de ultrapassar o bloqueio da Ordem dos Médicos à formação de mais especialistas. No entanto, não foi possível acordar medidas de valorização das carreiras ou de incentivo à exclusividade, indispensáveis para quebrar o ciclo de perda de médicos e de concursos vazios de candidatos. Face à estagnação orçamental prevista, as medidas anunciadas terão impacto muito limitado anteveendo-se um cenário de rápida degradação do SNS e de negação do acesso da população à saúde.

Finalmente, apesar das dúvidas sobre atuação da Lone Star manifestadas pelo próprio PS, o Governo não admite fazer depender a nova injeção no Novo Banco do resultado de uma auditoria que investigue a natureza das imparidades registadas pela atual gestão do banco.

As propostas do Bloco visavam minorar a orientação geral de um orçamento que responde a uma crise económica sem precedentes com uma contenção na despesa praticamente sem paralelo na UE. Isto quando está previsto um financiamento europeu extraordinário e quando estão suspensas as regras do pacto orçamental. O investimento público continua em mínimos históricos e será dos mais baixos na Europa, o financiamento para os serviços públicos ficará muito aquém do que será necessário. O próprio Governo chama a atenção para a opção por um equilíbrio das contas públicas, tão prematuro quanto contraproducente. Para o Bloco, só uma política que enfrenta a ameaça do desemprego e levanta a economia pode minimizar os impactos negativos nas contas públicas.

Mas as diferenças entre o Governo e o Bloco de Esquerda não são apenas sobre a disponibilidade orçamental do país. Medidas centrais, avançadas pelo Bloco, como as alterações na legislação laboral ou a proteção do erário público face aos interesses da Lone Star, não representam mais despesa.

A falta de acordo resulta de diferentes opções estruturais na resposta à crise; o governo insiste em manter em vigor as regras laborais impostas na anterior crise e que provocaram uma transferência maciça de rendimento do trabalho para o capital. Sem as alterar, mesmo que o Orçamento do Estado não contenha cortes diretos, a crise atual resultará de novo em desvalorização salarial, precarização e degradação dos serviços públicos.

Assim, no respeito pelo mandato dos deputados do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional decidiu que o Bloco de Esquerda votará contra a proposta do Orçamento do Estado para 2021 na generalidade.

Resolução aprovada por unanimidade.